

Assunto: CPREV n.º 06/DRCC/2022 – Aquisição de Serviços de “Mosteiro de Santa Clara-a-Velha-
Obras de Conservação/Beneficiação Geral- Reparação de Elevadores”

CONVITE

Convida-se V.ª Ex.ª a apresentar proposta para aquisição de serviços supra referenciada, nos termos definidos no presente convite e no caderno de encargos anexo.

1. Identificação da entidade adjudicante

Direção Regional de Cultura do Centro, sita na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, ao Jardim da Manga, 3000-303 Coimbra, telefone n.º 239701391, Fax 239701387 e e-mail culturacentro@drcc.gov.pt.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Ex.ª Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com artigo 38.º do mesmo Código e Despacho de delegação de competências n.º 3330/2020, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 53 de 16 de março.

3. Fundamento da escolha do procedimento de consulta prévia:

O procedimento escolhido é o de Consulta Prévia, com convite a pelo menos três entidades, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos (doravante “CCP”).

4. Documentos da proposta

A proposta deve ser acompanhada, obrigatoriamente, pelos documentos abaixo indicados:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código de Contratos Públicos, também em anexo ao presente convite, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar.
- b) Documentos que, em função do objeto a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os

quais o concorrente se dispõe contratar.

- c) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas;
- d) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

5. Prazo e modo de apresentação da proposta

5.1 A proposta e os documentos que a constituem devem ser redigidos em língua Portuguesa e ser entregues até às 23h59 horas do 7º dia, a contar da data de envio do presente convite e caderno de encargos.

6. Documentos de habilitação

6.1 - Os documentos de habilitação abaixo indicados, deverão ser apresentados até 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao Código de Contratos Públicos, anexo também a este convite, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

6.2 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

7. Preço base e prazo de execução

7.1 - O valor fixado como parâmetro base do preço contratual, nos termos do n.º 1 do artigo 47º do CCP, é de €27.524,26 (vinte sete mil quinhentos e vinte e quatro euros e vinte e seis cêntimos), com exclusão do IVA;

7.2 - O prazo da prestação de serviços é de 60 dias, e contados nos termos do art.º 471º, do mesmo Código.



8. Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta de mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, sendo certo que no Caderno de Encargos da vertente aquisição de serviços e neste convite se encontram definidos todos os restantes aspetos da execução do contrato a celebrar, submetendo-se apenas à concorrência o preço a pagar, conforme dispõe o n.º 2 do mesmo artigo e Diploma.

10. Prestação da caução

Face ao valor base do procedimento e ao disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigível a prestação de caução prevista no n.º 1 do mesmo artigo e Diploma.

11. Celebração de contrato

1. Considerando o previsto no número anterior, com a notificação da adjudicação, o adjudicatário será simultaneamente notificado da minuta do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com os artigos 98.º e 100.º e sobre a qual deverá pronunciar-se nos termos do artigo 101.º, ambos do mesmo Código.

12. Encargos do concorrente

12.1 - São encargos do concorrente a despesa e encargos inerentes à elaboração da proposta.

12.2 - São por conta da entidade adjudicante as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, com exceção dos impostos legalmente devidos pelos adjudicatários, nos termos do n.º 2 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.

13. Comunicações e notificações

13.1 Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

13.2 - As notificações previstas no Código dos Contratos Públicos devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

14. Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE
CULTURA DO CENTRO

15. Negociação das propostas

As propostas apresentadas pelos concorrentes não serão objeto de negociação.

16. Inspeção do local dos trabalhos

Os interessados poderão inspecionar os locais de execução da obra objeto da vertente aquisição de serviços e realizar nele todos os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

Para tal, deverão efetuar os respetivos pedidos através de telefone 239701391 ou e-mail culturacentro@drcc.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Regional de Cultura do Centro

Assinado por: **SUZANA MARIA PERES DE MENEZES**

Num. de Identificação: 09878025

Data: 2022.09.09 15:16:00+01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**

Atributos certificados: **Diretora Regional de
Cultura do Centro - Direção Regional de Cultura
do Centro.**



CARTÃO DE CIDADÃO



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3): a)... b)... 3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável. 4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. 5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. 6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código. 7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos



solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º